

UMA CONFERÊNCIA RELATIVAMENTE FRACASSADA: I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Antón Corbacho Quintela¹

Alexandre Ferreira da Costa²

Durante a primeira metade do séc. XX, os planos governamentais sobre colonização foram acompanhados de discursos sobre a seleção e o disciplinamento de imigrantes. Todavia, na medida em que aumentava o número desses trabalhadores estrangeiros crescia também a preocupação pela implementação dos meios para se conseguir o abasileiramento deles. Nas décadas de 1930 e 1940, radicalizaram-se os discursos nos quais se insistia no dever de as autoridades agirem para se evitar a dissolução da nação.

No Art. 75 do *Ante-projeto de lei sobre imigração e colonização*, redigido pelo cônsul Wagner Pimenta Buêno (1943), chefe da Seção Técnica do Conselho de Imigração e Colonização, assinalava-se que a admissibilidade do estrangeiro passava pela demonstração da sua vontade de se integrar no meio brasileiro. Para facilitar essa integração, as autoridades deveriam cuidar do ensino e do fomento do uso da língua nacional, do cultivo da história e das tradições do Brasil, da atração ao convívio com o espaço brasileiro e da incorporação do estrangeiro em associações nacionais de carácter patriótico. As suspeições de que podia ser objeto o imigrante são explícitas na enunciação abaixo do citado *Ante-projeto*, na qual se enfatiza que o estrangeiro não poderia ficar no Brasil se perturbasse o equilíbrio da identidade nacional:

¹ Professor adjunto da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Filologia Galega pela Universidade de Santiago de Compostela; Grupo GALABRA. E-mail: <corbaq@letras.ufg.br>.

² Professor adjunto da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Membro do Grupo NOUS: Estudos Críticos e Aplicados ao Discurso Religioso. E-mail: <alexanrs@uol.com.br>.

A contribuição sócio-cultural externa será bem-vinda para aprimorar e apurar os traços espirituais de nossa fisionomia nacional, não para os desfígar. Combinada com critério correspondente do ponto de vista étnico, esta orientação encerra o propósito de fazer com que a imigração concorra, realmente, para fixar e apurar o tipo somato-psíquico brasileiro.

Com êste objetivo como meta, pode-se dizer que é no sentido de assegurar a supremacia e a unidade do meio nacional – preocupação máxima das cogitações neste particular – que, em última análise, devem se dirigir os esforços visando o abrasileiramento do imigrante (*idem, ibidem*, p. 195).

Do mesmo ano desse ante-projeto de lei data o *Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras do prócer nacionalista Getúlio Vargas (1943)*. Na parte desse discurso em que se aborda a produção literária de Alcântara Machado – o antecessor do Dr. Vargas na Cadeira 37 –, abundam as referências a bandeirantes e imigrantes. Perante os *imortais* da Academia Brasileira de Letras, comunicava o Presidente do Brasil: “A atualidade, com os tremendos ensinamentos da guerra, está a indicar o único caminho possível: – apresentarmos, por todos os meios, a transformação dos adventícios em autênticos e bons brasileiros” (Vargas, 1943, p. 37-38).

No regime varguista, a *intelligentsia* afim colaborou na delimitação de um campo cultural em que não se deixava muita margem para que os adventícios sobressaíssem ensaiando, dentro da ordem vigente, estratégias de distinção identitária autônomas. Até mesmo o achado de culposas sutilezas indicadoras de uma idiosincrasia alheia ao Brasil podia deparar em julgamentos acusatórios acerca do patriotismo falível dos estrangeiros. Um dos ensaístas brasileiros que teorizou acerca dos problemas que gerava a harmonização, no *melting-pot* do Brasil, de uma sociedade homogeneizada e fusionada entre brasileiros de nascimento – genuínos – e os complexos brasileiros naturalizados foi Oliveira Vianna. Vianna, em 1932, publicou o que se segue a respeito da crise de adaptação que experimentava o estrangeiro naturalizado brasileiro:

Ele nunca é integralmente nacional, nem sob o ponto de vista cultural, nem sob o ponto de vista biológico. Sob o ponto de vista cultural, há neste adotivo sempre qualquer coisa que resta ou subsiste da sua mentalidade originária; a sua identificação com a nova pátria é mais aparente que real (Vianna, [1932] 1959: 99).

A partir do período democrático seguido à renúncia de Vargas em outubro de 1945, o discurso institucional intolerante sobre o imigrante não-qualificado e alheio aos padrões físicos e culturais nacionais manteve-se, embora não se aplicassem as medidas repressivas com as atuações dos trabalhadores estrangeiros que caracterizaram o Estado Novo. Cumpre destacar que, apesar da legislação que procurou fixar uma *brasilidade* unívoca, o Brasil se manteve, relativamente, como uma nação de etnicidade e cultura hifenizadas e de identidade nacional heterogênea. Porém, ainda no final do séc. XX, Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro* (Ribeiro, 1995), qualificou como uma transcendente peculiaridade nacional a capacidade para a assimilação, cultural e racial, do imigrante. Segundo esse antropólogo e romancista mineiro, a altamente definida etnia brasileira teria evitado que a cultura dos estrangeiros se alçasse ameaçadoramente como um sistema relevante. Na visão dele, isso aconteceu na Argentina e no Uruguai, onde a fisionomia europeia das massas de imigrantes alterou a sociedade e a cultura nacional, transfigurando esses países e fazendo com que eles, em vez de serem “povos novos” fossem “povos transplantados” (Ribeiro, 1995, p. 243).

Nos documentos oficiais brasileiros da década de 1940, a aculturação do trabalhador estrangeiro não foi uma finalidade suscetível de discussão. O que, então, se debatia sobre a aculturação do imigrante eram os procedimentos para implementá-la. No primeiro número – janeiro de 1940 – da *Revista de imigração e colonização* (órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização, entidade instituída pelo Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938), a Secretaria do Conselho, em uma matéria intitulada Primeiro ano de trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização, referia-se, como se segue, aos

critérios que deviam ser seguidos em política imigratória para se evitar a chegada de estrangeiros inassimiláveis. Em 1940, não se contemplava a possibilidade de que se instalasse no Brasil mão-de-obra estrangeira que, se cingindo apenas ao seu desempenho profissional, não contribuísse à formação da nacionalidade. Para os autores do discurso, cumpria que o imigrante se instalasse no país com caráter definitivo, adaptando-se ao país e nele dissolvendo-se:

Para os países novos como o Brasil, a política imigratória que mais convém é a que tem em vista evitar os elementos indesejáveis e os de difícil assimilação, e promover a entrada de boas correntes imigratórias em harmonia com a expansão econômica do país. Essa política tem de basear-se, portanto, no selecionamento da imigração, pois é dever máximo do Estado intervir na composição da sua população, de forma a criar a maior colaboração e a maior harmonia entre os elementos que a formam. A imigração não deve ser encarada somente como um meio de atrair elementos capazes de auxiliar o desenvolvimento econômico do país, mas, principalmente, como fator de formação da nacionalidade.

Todos os países de imigração se ocupam hoje deste problema, estabelecendo medidas de caráter legislativo que visam selecionar e favorecer a entrada dos tipos mais assimiláveis.

A imigração cria, pois, problemas de assimilação e controle social que o Estado tem de resolver, pondo em prática as medidas que facilitam a assimilação e removendo, ao contrário, os fatores que a tornam difícil.

Entre os fatores favoráveis à assimilação estão a afinidade étnica, a imigração familiar, os esforços do Estado

no sentido de facilitar a adaptação do elemento estrangeiro, a igualdade econômica e social entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros, os casamentos mistos e a religião. Entre os fatores que se opõem à assimilação citam-se os obstáculos erigidos pelo país de origem, a segregação, as diferenças de línguas, o serviço militar no país estrangeiro e as diferenças étnicas muito salientes (*Revista de imigração e colonização*, 1940, p. 7-8).

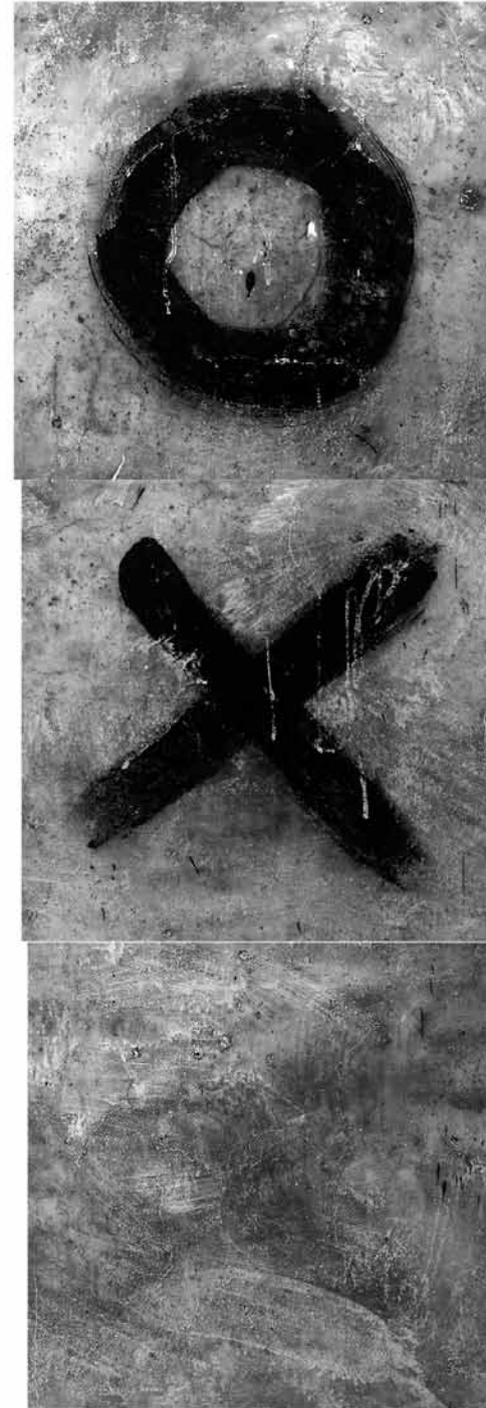
Outro periódico do Estado Novo, a revista *Cultura Política*, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no seu n. 3 – maio de 1941 –, contém um artigo de Artur Hehl Neiva (membro do Conselho de Imigração e Colonização e Diretor Geral do Expediente e Contabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal) intitulado *Evolução da política imigratória do Brasil III – Primeiro período de expansão, até 1555*, em que o autor insere uma comparação entre o que ele qualifica como a política imigratória de D. João III e a política imigratória brasileira do séc. XX. Ele observa a continuidade das mesmas diretrizes na orientação da imigração ao longo da história do Brasil e ressalta que, na administração, sempre se manteve a intenção de colonizar e povoar. Eis essa apreciação, intitulada ‘As colunas mestras do fomento imigratório’:

Estes três fatores – subvenção ou auxílio para as passagens, doação ou cessão de terras por quantia mínima e assistência sob todas as suas formas, técnica, social ou financeira, – constituem ainda neste momento, as colunas mestras de qualquer política de fomento da imigração, visando influir, de maneira positiva, sobre o povoamento do solo. São, em pleno século XX, absolutamente indispensáveis, embora associadas a outras, em todos os programas de imigrações colonizadoras, sendo encaixadas em todos os planos de colonização tecnicamente organizados (*Cultura Política*, 1941, p. 127).

A I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, que a seguir se apresenta, está inserida no contexto acima esboçado. Nas conclusões nela aprovadas observa-se que a missão de colonizar o território nacional e de integrar na nação o trabalhador estrangeiro era um assunto que fazia parte da retórica dos discursos da *intelligentsia* governamental. Essa I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização realizou-se em Goiânia, de 30 de abril a 7 de maio de 1949, sendo sua Mesa diretora presidida pelo Ministro Jorge Latour, Presidente do Conselho de Imigração e Colonização (CIC). Fora convocada pela Presidência do CIC com o seguinte objetivo:

O objetivo fundamental da Conferência foi rever a atual política oficial de imigração e colonização para Goiás e o Planalto Central, no sentido do melhor aproveitamento de certas correntes migradoras nacionais e alienígenas. Para tanto, o certame pretendeu e conseguiu demonstrar aos brasileiros e estrangeiros as possibilidades do Estado de Goiás, bem como da vasta região do Brasil Central, no que respeita ao desenvolvimento de seus recursos naturais, para fins de colonização. Através das numerosas contribuições apresentadas, pôde a Conferência oferecer uma visão realista e completa dos espaços vazios ou semipovoados do Planalto Central, em face, principalmente, da interiorização da Capital da República e de suas conseqüências em todo o País (I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, 1949, p. 9).

Mais de uma centena de entidades administrativas, religiosas e educacionais, públicas e privadas, participaram no evento. Jorge Latour compartilhou a Mesa diretora com o Governador do Estado do Maranhão, Sebastião Archer, e com o Chefe da Delegação do Conselho Nacional de Geografia, José Veríssimo da Costa Pereira, sendo o Presidente de Honra, o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, quem não compareceu à Conferência, estando representado por quatro vice-presidentes de honra: o Ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho, o Governador do Estado de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno, o Arcebispo Metropolitano de Goiânia, Emanuel Gomes de Oliveira, e o Comandante da 4ª Região Militar, General Zacarias de Assumpção. Tratou-se de uma Conferência que, além de gerar suas Atas (83 p.) – estruturadas em quatro capítulos: I Objetivos e alcance, II Discursos da sessão inaugural, III Conclusões aprovadas e IV Relatório geral –, motivara, antes da sua realização, um amplo estudo sobre a história, a geografia, o elemento humano e a economia de Goiás, com ênfase nos empreendimentos para a coloni-



zação no Planalto Central levados adiante na primeira metade do séc. XX. Esse estudo, intitulado *Goiás, uma nova fronteira humana* (237 p.), também organizado pela Presidência do Conselho de Imigração e Colonização, publicara-se, *ad hoc*, justo antes do início da Conferência, ou seja, no mês de abril. O estudo divide-se em dez capítulos: Panorama histórico do Brasil Central, O meio físico, Estrutura econômica, Comunicações e transportes, O elemento humano, Instituições sociais do mundo rural goiano, Relações entre o homem e a terra em Goiás, Iniciativas atuais de colonização em Goiás, Notas sobre a mudança da capital e sua repercussão econômico-social no planalto goiano, Apreciações e conclusões gerais. De fato, a sua abrangência antecipa, anulando em parte a novidade, o desenlace das discussões da Conferência. Nas *Atas* indica-se que, durante o evento, foi lançada uma tradução ao alemão intitulada *Brasilien* para favorecer a divulgação do Brasil no exterior com o intuito de fomentar a imigração:

Também por iniciativa da Presidência do C.I.C., foi publicado o volume *Brasilien*, síntese em alemão do livro *Brasil*, editado pelo Ministério das Relações Exteriores. Um dos objetivos da versão alemã da obra foi propiciar a certas correntes migradoras da Europa informações atualizadas sobre os mais diversos aspectos do nosso País (idem, *ibidem*, 20).

A Conferência estruturou-se em seis mesas: Colonização, Imigração, Ecologia, Geopolítica, Economia social e Valorização da Amazônia; de cada uma das mesas encarregou-se uma comissão técnica. Essas comissões técnicas apresentaram ao plenário, no final do evento, 160 teses, listadas nas *Atas*, mediante as quais se almejava aprofundar no temário estabelecido para a Conferência:

Temário

Recursos naturais de Goiás e do Brasil Central.

Estruturada produção atual de Goiás e do Brasil Central.

Solo, clima e salubridade.

Revestimento florístico do estado e do Centro Oeste.

Relações entre o Homem e a Terra em Goiás e no Brasil Central.

Comunicações e transportes no Brasil Central.

O Homem do Brasil Central.

Alimentação das populações do Planalto.

A futura Capital do Brasil.

Apreciação dos trabalhos da Fundação Brasil Central do ponto de vista pioneiro.

Relacionar as bacias dos rios São Francisco, Amazonas e o Prata ao plano de desbravamento do Brasil Central.

As possibilidades de colaboração internacional para desenvolvimento da imigração colonizadora do Brasil Central.

Aspectos nacionais e internacionais do problema da imigração.

Esboço histórico da colonização de Goiás e do Brasil Central.

Perspectivas da colonização do Centro-Oeste.

Tipo ideal de colonização do ponto de vista técnico (idem, *ibidem*, 10-13).

As sessões das mesas tiveram lugar no Jóquei Clube de Goiânia, onde se organizaram duas exposições abertas aos cidadãos: uma documentária composta por mapas gráficos, fotografias, livros e cartazes referentes ao Planalto Central e uma sobre os serviços de assistência social e de orientação ao imigrante do CIC. Além das mesas e das reuniões plenárias, realizaram-se, também no do Jóquei Clube, três palestras em sessões públicas:

“Cartografia Antiga e Geopolítica de Goiás”, pelo Prof. Jayme Cortezão, “O Planalto Central e a localização da nova Capital do Brasil”, pelo Prof. Francis Ruellan e “Idéias Gerais para um plano de colonização no Brasil Central”, pelo Dep. João de Abreu. Junto às comunicações e às palestras, exibiram-se, no *Cine-Teatro* Goiânia, uma série de documentários sobre aspetos econômicos e humanos do Planalto Central. Na sessão inaugural, no Teatro Goiânia, proferiram discursos o Ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho, o Governador de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno, o Representante do Núncio Apostólico, Mons. Ambrósio Marchioni, o Prof. Lourenço Mário Prunes, da Universidade do Rio Grande do Sul e o Presidente do CIC, Ministro Jorge Latour; comentam-se, a seguir, esses discursos.

O exórdio da fala de Daniel de Carvalho – o discurso de abertura da sessão inaugural já que ele representava o Presidente da República – contém um apelo ao povoamento, por nacionais e por estrangeiros – europeus – assimiláveis, e à colonização tanto dos ermos goianos quanto do Estado de Amazonas, do Mato Grosso, do Maranhão e do Piauí. De um matizado posicionamento eugênico, Daniel de Carvalho justifica como se segue a intensificação da colonização e a chegada de mão-de-obra:

A colonização daquela área escassamente habitada é um imperioso dever, por duas razões óbvias: primeira, solidariedade aos nossos patrícios que se confinam em pequenos núcleos rarefeitos e desassistidos; segunda, ocupação definitiva do nosso território, não apenas firmando nele a soberania nacional de forma simbólica, mas provendo a sua valorização econômica e social.

Embora haja nas grandes cidades um considerável número de desajustados utilizáveis nesse mister, bem como outros contingentes que se deslocam espontaneamente de regiões bem povoadas, posto que longe do estado de saturação, não é lícito contar apenas com esses elementos e com o crescimento vegetativo da população brasileira.

(...) Necessitamos, pois, de um fluxo anual de imigrantes, física e moralmente sãos, que venham ajudar-nos a preencher os espaços vazios, sem formar quistos raciais e sem alterar as características da nossa vida individual e coletiva, seguindo o exemplo de tantas nações jovens como a nossa e, mesmo, de algumas de nossas próprias zonas bem dotadas de condições de salubridade.

(...) Verdadeira importação de plasma sanguíneo para um grande corpo anemizado, a imigração traz um contingente novo de ação imediata e dinâmica, braços experientes e fonte de emulação para as práticas de higiene e do trabalho racional. Contribui,

assim, quando bem orientada, para a expansão da riqueza comum, de forma que restitui sem tardança o capital empregado e proporciona recursos crescentes para o cumprimento dos encargos do poder público em benefício de toda a coletividade.

E a oportunidade para essa aquisição é excepcional, pois a própria sociedade internacional apela para os nossos sentimentos de humanidade e nosso amor à liberdade, no sentido de que acolhamos milhares de famílias vítimas das depredações da guerra ou já dos novos atentados à paz, varridas das suas pátrias pelo sopro da dominação soviética (idem, *ibidem*, 24-25).

Todavia, Daniel de Carvalho frisa que, para o correto desenvolvimento da colonização agrária, cumpriria vincular a atração de mão-de-obra às medidas que possibilitassem o ameno assentamento dos camponeses. Essas medidas seriam a expansão do ensino, sobretudo do ensino que derivasse na especialização profissional agrícola, o aumento do crédito à lavoura, uma liberalização da legislação em matéria econômica e da legislação agrária com o objetivo de fomentar a iniciativa individual, uma adequada definição dos regimes de exploração da terra, e a melhora das comunicações, mormente das ferroviárias, e dos transportes. O ministro encerra a sua fala assinalando, em primeiro lugar, as Colônias Agrícolas Nacionais como o modelo para as iniciativas colonizadoras, especialmente a de Goiás, e louvando o sucesso alcançado por elas. Em segundo lugar, ressalta a necessidade da urgente interiorização da Capital da República.

Frente às considerações gerais do Ministro Daniel de Carvalho, o discurso de Jerônimo Coimbra Bueno, Governador do Estado de Goiás, contém medidas técnicas concretas para que um projeto de colonização possa ser efetivado dentro do Plano SALTE. Estas são o aceleração da construção da rodovia São Paulo-Cuiabá e da rodovia *Transbrasiliiana*, a ampliação da Estrada de Ferro de Goiás e da Estrada de Ferro Central do Brasil e a estruturação do trecho rodoviário da ligação ferro-rodovial Santos Belém. Coimbra Bueno apresenta quais eram, então, as ações que estavam sendo executadas em prol da colonização mediante imigrantes estrangeiros:

No dia em que a Nação despertou do seu sono letárgico em relação à imigração, nada nos pareceu mais natural do que a preferência pela região atravessada pela nova rodovia (Rodovia São Paulo-Cuiabá) para a instalação de novos colaboradores de nosso progresso – os italianos de Abruzzi, capitaneados de início pelos Srs. Comendador Bracci, Imazio e Grazziani, e agora também pelos 22 técnicos aqui

aportados no corrente mês, como vanguardeiros de duas mil famílias, que deverão constituir em Rio Verde uma nova cooperativa, a exemplo da C.I.T.A.G. de Lanciano.

E, em Jataí, nas zonas subsidiárias da mesma rodovia, os húngaros, capitaneados pelo Barão Kennedy e os *folksdeutz*, sob a proteção do Vaticano e aqui difundidos pelo incansável engenheiro e industrial Werner Dihlmann, assentaram as bases preliminares para duas novas cooperativas de patrícios seus.

E os holandeses, chefiados aqui por Van Scherpenberg, cogitam também de grandes áreas nos planaltos de Santa Helena e Rio Verde.

Colocamos à frente destes três grupos de técnicos o mapa do Estado, aviões e jeeps, e o mais curioso é que selecionaram, para a prática de seus trabalhos, terras de campos e cerrados, que o nosso caboclo despreza para as labutas da agricultura. Buscaram os planaltos mais elevados, com clima ameno, boas aguadas, e aptas para a agricultura mecanizada, e uma exploração intensiva da terra, mediante rotação de culturas (*idem, ibidem*, p. 29).

É claro que a efetivação das medidas técnicas que assinalara Coimbra Bueno resultou impedida pela escassa aplicação do Plano SALTE no Estado de Goiás. Assim, o discurso do governador tem só valor como descrição do *status quo*. Aos 30 de junho de 1950, Coimbra Bueno deixaria de ser governador do estado e o seu projeto de colonização com trabalhadores estrangeiros não teve continuidade. De fato, a tentativa de criação de colônias agrícolas com deslocados de guerra centro-europeus efetuada no município de Itaberaí derivou em um fracasso, tal como expôs Jan Magalinski no estudo *Deslocados de guerra em Goiás* (Magalinski, 1980).

Por sua vez, Ambrósio Marchioni, o representante do Núncio Apostólico, na sua intervenção ressaltou o interesse da Igreja Católica em intervir para amortecer os padecimentos das vítimas da guerra europeia contribuindo, por meio da assistência religiosa oferecida pelo Comitê Católico de Imigração, ao assentamento dessa gente em explorações agrícolas e à sua assimilação na sociedade brasileira. De fato, duas das recomendações feitas pela Comissão de Imigração da Conferência ao CIC referiram-se explicitamente às ações pastorais e educacionais que poderia executar a Igreja Católica para favorecer a rápida aculturação do colono alienígena. São estas:

5) – Promover as maiores facilidades para a vinda, com os imigrantes católicos, de sacerdotes da mesma língua e da mesma nacionalidade, que aqui se comprometerão, perante as autoridades brasileiras, inclusive as eclesásticas, a acatar as suas determinações, cooperando para a rápida aculturação e assimilação dos alienígenas.

6) – Conceder à Igreja, através de seus sacerdotes, o direito de abrir e dirigir educandários de todos os níveis de ensino, nas zonas de colonização, salvaguardadas as disposições legais que regem o assunto, inclusive quanto à obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, fator precípuo à aculturação e assimilação (*idem, ibidem*, p. 55).

O Prof. Lourenço Mário Prunes, da Universidade do Rio Grande do Sul, esboça, no seu discurso a história da exploração e da colonização do Centro-Oeste desde a época do desbravamento bandeirante, mas salienta que a complementação desse processo resultou protelada devido à escassez de pessoas e que, portanto, devem ser atraídas massas de trabalhadores nacionais e estrangeiros:

Sois, porém, poucos. A maior parte do vosso território é um vazio demográfico. Não podeis e não podemos nós esperar passivamente pelo crescimento vegetativo. Desta matriz magnífica continuará a jorrar, na torrente da nacionalidade, o esplêndido sangue que humanizou as paisagens goianas. Precisamos, porém, atrair outros tributários, brasileiros e o exterior. De década em década, acentua-se no Brasil um verdadeiro desequilíbrio populacional. A Região Centro-Oeste é em sua quase totalidade um deserto (*idem, ibidem*, p. 40).

Nesse sentido, Prunes propõe que sejam aproveitados os “lavradores e operários” com “conhecimentos técnicos” da Europa da pós-guerra:

Vivemos neste após-guerra um instante propício para magníficas realizações. A Europa combalida e ainda amedrontada tem densos excedentes humanos exportáveis. Abramos os nossos portos a todos aqueles que, donos da técnica e boa vontade, sem superstições totalitárias de qualquer matiz, queiram nos ajudara construir um mundo novo, onde todos – com sangue mediterrâneo, africano, nórdico ou indígena – tenham terra e pão, cultura e liberdade. Confiar a solução do problema à maternidade seria protrair para cem anos o que podemos realizar em dez ou vinte (*idem, ibidem*, p. 44-45).

O último discurso é o do presidente do CIS, Jorge Latour, que enuncia a refração de uma empisteme brasileira colonial pela resiliência da razão instrumental de um Estado ainda de caráter *getulista*: era necessário gerir mais uma vez o processo de “imigração, colonização e assimilação” (*idem, ibidem*, p. 47). E, como a verdadeira síntese da conferência, Latour tanto teme que o Brasil possa tornar-se “uma África (...) redescoberta e devassada pela ciência conjugada a uma poderosa técnica” (*idem, ibidem*, p. 51), quanto planeja evitar tal destino pelo ingresso de “cinco milhões de alienígenas de boas cepas” nos 25 anos seguintes (*idem, ibidem*, p. 50).

Depois da conferência, entre os percalços da política brasileira dos anos seguintes, o plano de ativa recolonização brasileira teria de esperar o advento de Brasília, o desenvolvimentismo de uma nova ditadura militar e a modernização do Estado, já na contemporaneidade dos últimos quatro governos democráticos, para

implementar-se; e, ainda assim, *aos avessos*. Salta aos olhos que a base do projeto fundava-se, sobretudo, na higienização racial, cujo êxito teria sido a destruição da capacidade de assimilação cultural brasileira. Paradoxalmente, o contingente marginal de indígenas, negros e pardos foi o que sempre trouxe as idiosincrasias *alienígenas*. Apesar dos gerenciamentos nacionalistas de qualquer época, a aproximação e a identificação dos imigrantes mais pobres aos brasileiros marginalizados, ou a maciça maioria deles no entorno dos estrangeiros mais favorecidos, era e ainda é a matriz assimilatória nacional.

Referências

Atas da *I Conferência Brasileira de Imigração*, de 30 de abril a 7 de maio de 1949/ Conselho de Imigração e Colonização (org.). Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, 1949.

BUÊNO, Wagner Pimenta. *Ante-projeto de lei sobre imigração e colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização/ Imprensa Nacional, 1943.

Cultura Política – Revista mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, maio 1941.

MAGALINSKI, Jan. *Deslocados de guerra em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/ UFG, 1980.

Revista de imigração e colonização. Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jan. 1940.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro; evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VARGAS, Getúlio. *Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Americ. Edit., 1944.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Raça e assimilação* – 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.